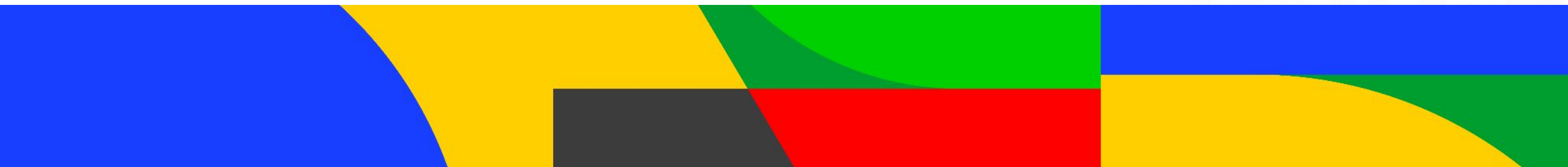


BRASIL MAIS FORTE

Governo Eficiente. País Justo.



DIRETRIZES E ESFORÇOS FISCAIS

- **Em 2023**, fizemos a nova regra fiscal e tomamos as medidas de recomposição de receitas
- **Nova regra fiscal:** o crescimento real das despesas é equivalente a 70% do crescimento da receita, sempre entre 0,6% e 2,5%. Assim, a regra é anticíclica: na alta, a despesa não cresce excessivamente; na baixa, há piso de crescimento real da despesa
- **Recomposição de receitas:** as receitas crescem, em 2024, 9,7% acima da inflação (7,4% se desconsiderados os fatores não recorrentes). As receitas novas são equivalentes a mais de 1 p.p. do PIB
- **Em 2024**, concentramos em medidas de revisão de despesas para fortalecimento da regra fiscal
- **A consequência de nossos esforços: o resultado primário tem melhorado muito**, o déficit primário reduziu de 2,1% do PIB em 2023 para cerca de 0,56% em 2024, consideradas as despesas extraordinárias com a recuperação do Rio Grande do Sul, que estão excluídas para fins de aferição de cumprimento da meta

ESTAMOS NO CAMINHO CERTO: O BRASIL VAI BEM

Economia com crescimento consistente

- Crescimento forte do PIB, ao redor de 3% em 2023 e 2024, massa salarial em expansão, investimentos em elevação e desocupação em 6,4%

Destaques do PIB

- 2023: consumo das famílias, via valorização do salário-mínimo, melhora do mercado de trabalho com ampliação da massa salarial e retomada das políticas de transferência de renda
- 2024: além do consumo das famílias, a retomada dos investimentos e da indústria, denotando crescimento sustentável

Responsabilidade social e fiscal

- Recomposição e ampliação de programas sociais e investimentos
- Credibilidade e responsabilidade fiscais retomadas, que conferem previsibilidade sobre as finanças públicas e as sustentabilidades das políticas sociais

CUIDAR DA NOSSA CASA: MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA FORTALECER A NOVA REGRA FISCAL

- Despesas obrigatórias cujo ritmo de crescimento supera os limites de variação da despesa na regra fiscal acabam por comprimir as demais despesas primárias e limitar a execução de políticas e investimentos públicos
- Isso vem gerando incerteza sobre a resiliência da regra fiscal. O cenário externo desafiador intensifica os efeitos negativos da incerteza doméstica sobre o fiscal
- Câmbio desvalorizado, inflação sob risco e juros mais elevados impactam a renda, o emprego, o investimento e desaquecem a economia
- **Estamos alinhando o crescimento das despesas obrigatórias com os limites da nova regra fiscal para continuarmos no caminho certo**

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



GOVERNO EFICIENTE

Medidas de fortalecimento da
regra fiscal

REAJUSTE DO SALÁRIO-MÍNIMO

Justificativa: garantir ganhos reais ao salário-mínimo de forma consistente com o orçamento da União. Hoje, muito das despesas primárias da União são indexadas ao salário-mínimo

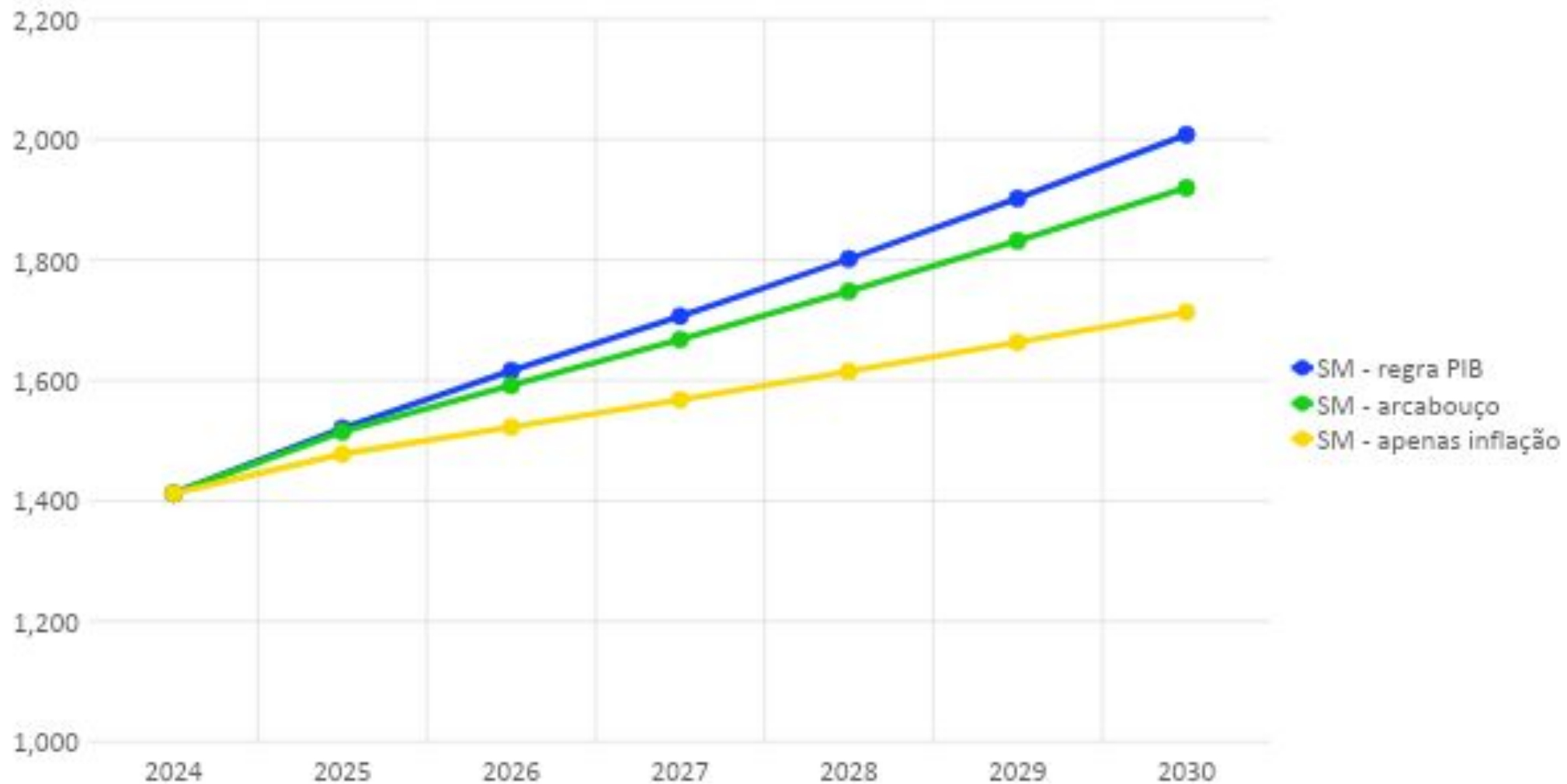
Nossa proposta garante que o aumento real do salário-mínimo seja sustentável dentro do orçamento da União

Regra dos dois governos anteriores: Crescimento apenas pela inflação

Regra atual: Crescimento pela inflação do ano passado + crescimento real igual ao PIB de 2 anos anteriores

Regra proposta: Mantém regra de crescimento real pelo PIB, mas a variação real estará nos limites do arcabouço fiscal

SALÁRIO MÍNIMO



ABONO SALARIAL

Justificativa: com a valorização real do salário-mínimo e o bom ritmo do mercado de trabalho, o abono deixou de ser pago apenas aos trabalhadores que ganham menos

O critério de acesso ao benefício hoje representa mais de 85% da renda real média do trabalhador brasileiro. Mais de 60% dos trabalhadores formais são elegíveis ao benefício

Regra atual: trabalhador que recebe até **2 salários-mínimos**

Regra proposta: Fixar a renda para acessar o benefício em R\$2.640,00 e corrigido pelo INPC até chegar a 1,5 salário mínimo

Projeção aproximada

2025: 2,00 SM

2026: 1,95 SM

2027: 1,90 SM

2028: 1,85 SM

2029: 1,80 SM



2030: 1,75 SM

2031: 1,70 SM

2032: 1,65 SM

2033: 1,60 SM

2034: 1,55 SM

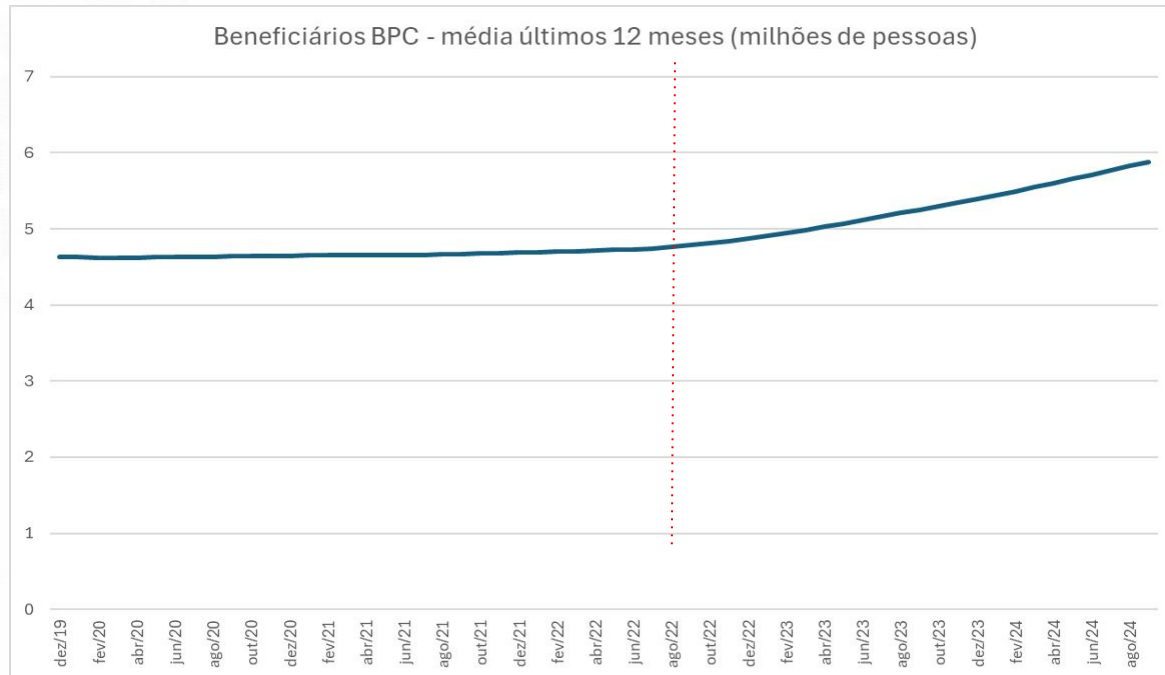


2035: 1,5 SM

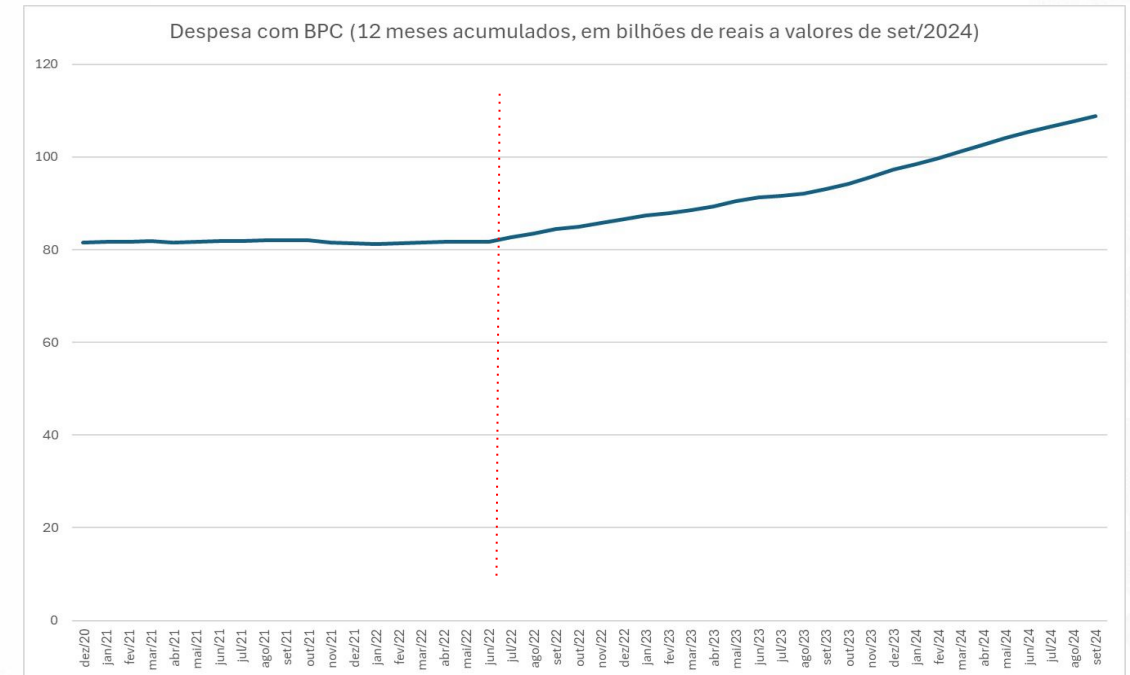
REGRAS DE ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Justificativa: o BPC tem como alvo pessoas com deficiência de baixa renda e idosos em situação de vulnerabilidade que não tiveram capacidade contributiva ao longo da vida laboral. Estamos aperfeiçoando os mecanismos de controle para endereçar os principais problemas identificados.

Beneficiários BPC (milhões de pessoas)



Despesa com BPC (bilhões)



REGRAS DE ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Medidas:

- Focalizar em pessoas incapacitada para a vida independente e para o trabalho
- Vedação de dedução de renda não prevista em lei
- Passam a contar para acesso: renda de cônjuge e companheiro não coabitante e renda de irmãos, filhos e enteados (não apenas solteiros) coabitantes
- Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há mais de 24 meses e para benefícios concedidos administrativamente sem Código Internacional de Doenças (CID)
- Biometria será obrigatória para novos benefícios e atualizações cadastrais
- Em uma mesma família, a renda de um benefício volta a contar para acesso a outro benefício

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Justificativa: o Bolsa Família é um programa de transferência de renda com efetivo impacto na redução da pobreza e efeitos intergeracionais em capital humano, com condicionalidades de saúde e educação. Estamos reforçando a fiscalização para garantir que essa versão mais robusta do programa, inaugurada em 2023, efetivamente chegue em quem mais precisa

Medidas

- Restrição para municípios com percentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento
- Inscrição ou atualização de unipessoais deve ser feita em domicílio obrigatoriamente
- Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses
- Biometria obrigatória para inscrição e atualização cadastral
- Concessionárias de serviços públicos deverão disponibilizar informações de seus bancos de dados para viabilizar cruzamento de informações

EQUILÍBRIO FISCAL E FIM DE INIQUIDADES

Justificativa: corrigir distorções existentes em benefícios no Poder Público em relação ao resto da sociedade

Supersalários

- Remete à lei complementar a lista de exceções ao teto remuneratório nacional (vale para todos os poderes e todas as esferas)

Forças Armadas

- Acaba com a morte fictícia
- Fixa em 3,5% da remuneração a contribuição do militar para o Fundo de Saúde até janeiro de 2026
- Extingue a transferência de pensão
- Estabelece progressivamente idade mínima para reserva remunerada

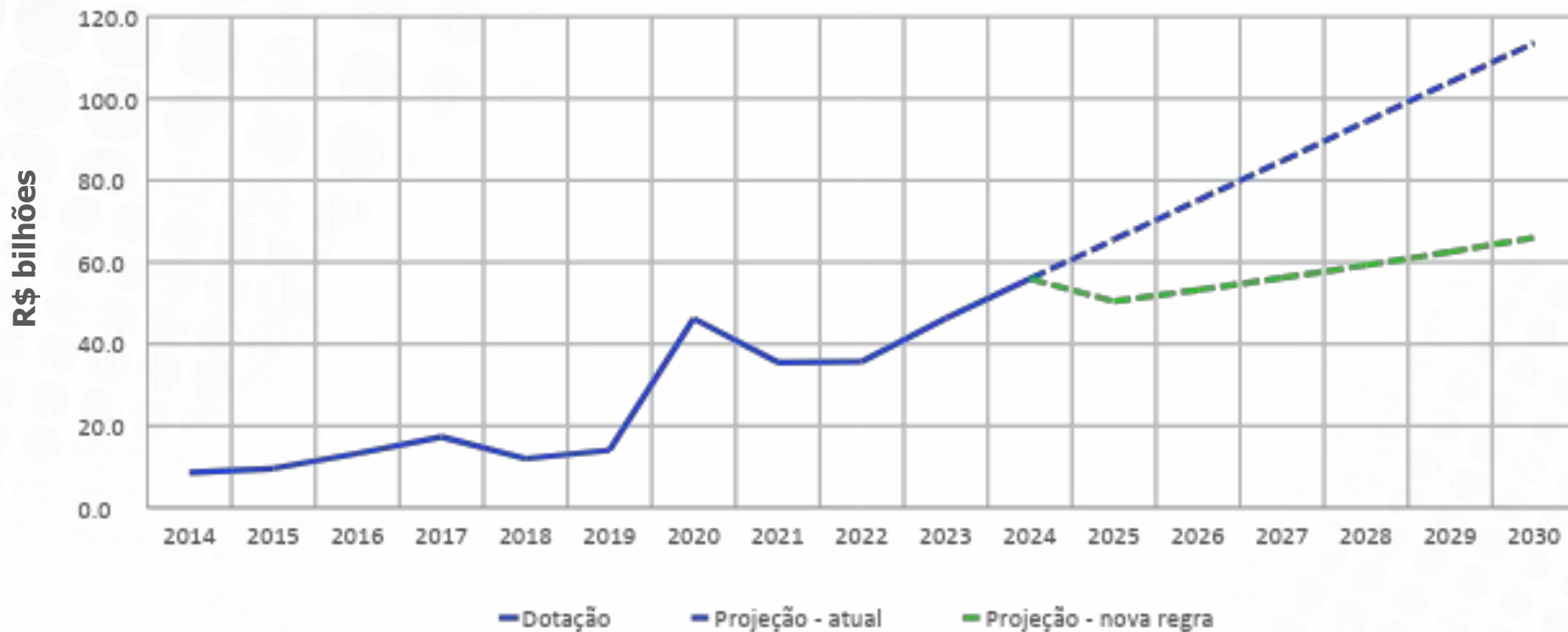
EQUILÍBRIO FISCAL É RESPONSABILIDADE DE TODOS

Justificativa: garantir que todos os Poderes do Estado compartilhem a responsabilidade de fortalecer o equilíbrio fiscal

Emendas parlamentares (PLP 175)

- Limita crescimento das emendas impositivas ao arcabouço fiscal
- Restringe emendas nas despesas discricionárias do Poder Executivo
- Veda crescimento real das emendas não impositivas, de modo que montante total das emendas crescerá sempre abaixo do arcabouço
- Destina 50% dos valores de emendas de Comissão para o SUS, observados critérios e diretrizes técnicas
- Bloqueia emendas proporcionalmente aos bloqueios do Poder Executivo, limitado a 15% do total das emendas (R\$ 7,5 bi em 2025)

EMENDAS PARLAMENTARES



Observação: Inclui emendas individuais, de bancada, de comissão e de relator (inclusive as não marcadas como emendas).

DEMAIS MEDIDAS I

Educação em tempo integral

- Até 20% da complementação da União ao Fundeb poderá ser empregada em ações para criação e manutenção de matrículas em tempo integral na educação básica pública

Lei Aldir Blanc

- Repasse anual de até R\$ 3 bi aos entes continua, mas condicionado à execução dos recursos pelos entes no ano anterior

Concursos públicos

- Faseamento de provimentos e concursos em 2025 (meta de pelo menos R\$ 1 bilhão de economia)

Subsídios e subvenções

- Autorização para ajuste orçamentário em cerca de \$ 18 bilhões em subsídios e subvenções

DEMAIS MEDIDAS II

Fundo Constitucional do Distrito Federal

- Submete variação de recursos do Fundo ao IPCA

-

Desvinculação de Receitas da União (DRU)

- Prorroga a DRU até 2032

Criação de despesa

- Deve observar a variação da despesa anualizada limitada ao crescimento permitido pelo arcabouço

Dever de execução

- Revoga dever de execução do orçamento

NOVOS GATILHOS FISCAIS PARA REENQUADRAMENTO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS

As medidas anteriores mostram nosso esforço para reforçar a nova regra fiscal ao alinhar o crescimento de despesas com os limites do arcabouço fiscal

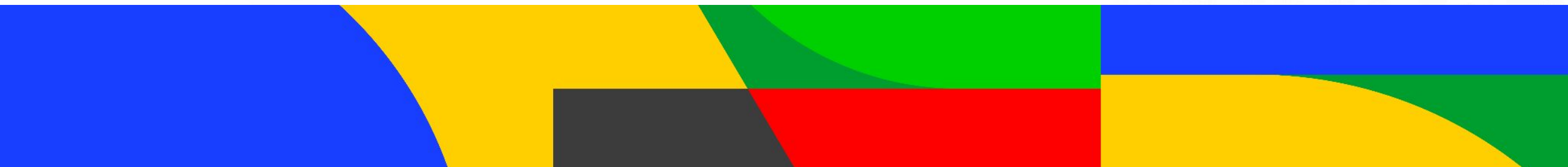
Ainda assim, reforçando nosso compromisso com o equilíbrio fiscal, introduziremos novos gatilhos no arcabouço caso ocorra déficit primário ou redução das despesas discricionárias

Gatilhos:

- **Benefícios tributários:** se houver déficit primário de 2025 em diante, no exercício seguinte à apuração do déficit fica vedada a criação, majoração ou prorrogação de benefícios tributários
- **Pessoal:** gatilho de reenquadramento vedará, a partir de 2027, aumento real acima de 0,6% se despesa discricionária se reduzir de um ano para o outro

PAÍS JUSTO

Medidas de justiça tributária



BRASIL JUSTO

Faremos a maior reforma do imposto de renda da história do Brasil: **aumento da faixa de isenção do IR para até R\$ 5 mil reais**

O aumento da faixa de isenção do IR trará mais renda disponível aos trabalhadores, dando mais estabilidade ao crescimento do Brasil.

A combinação das alíquotas nas pessoa jurídica e física estará no patamar vigente na OCDE

Não haverá perda de arrecadação com a ampliação da isenção do IRPF: a compensação se dará pela inclusão dos mais ricos no imposto de renda, tornando a tributação no topo mais justa e melhorando a desigualdade social

- Fixação de alíquota efetiva mínima para os mais ricos: atualmente, para o 1% mais rico, a alíquota efetiva é de 4,2% e, para o 0,01% mais rico, a alíquota efetiva é 1,75%
- Proposta de revisão da isenção de IR para faixas mais altas de renda dos aposentados por moléstia grave ou acidente
- Faremos ajuste sistêmico nas regras tributárias para garantir a coesão do sistema e evitar elisão e evasão fiscais

SÍNTESE DA PROPOSTA

Governo Eficiente

- Há tempos o Brasil precisa melhorar a qualidade, a eficiência, o gerenciamento e ampliar a progressividade de seus gastos públicos. As medidas propostas seguem esses méritos, ao mesmo tempo em que constroem o equilíbrio fiscal sustentável e consistente com o arcabouço fiscal
- Novas regras para emendas parlamentares e benefícios tributários

País Justo

- Há tempos o Brasil também precisa combater a desigualdade social pelo lado da tributação. Por isso, a proposta de ampliar a justiça tributária se faz presente, com o aumento da faixa de isenção do IRPF até R\$ 5.000, compensados pela inclusão dos mais ricos no IRPF
- Ajuste de supersalários

Brasil mais Forte

- Brasil Eficiente e Brasil Justo garantem crescimento estável da economia, redução contínua do desemprego, aumento da renda real, inflação sob controle. Inclusão social e equilíbrio fiscal caminham juntos

ESTIMATIVA PRELIMINAR DE IMPACTO – EM BILHÕES DE REAIS

Medida	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PEC	11,1	13,4	16,9	20,7	24,3	28,4
Abono salarial	0,1	0,6	2,0	3,7	5,0	6,7
Fundeb (Tempo Integral)	4,8	5,5	6,5	7,5	8,5	9,5
DRU	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
Subsídios e subvenções	1,8	1,9	2,1	2,2	2,3	2,5
FCDF	0,8	1,5	2,2	3,0	3,8	4,7
PL	11,7	19,2	24,0	30,1	37,3	44,5
Salário mínimo	2,2	9,7	14,5	20,6	27,8	35,0
Bolsa Família	2,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
BPC	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Aldir Blanc	2,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Biometria	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Militares	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Outras	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Provimentos e criação de cargos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Subtotal sem emendas	23,9	33,5	41,9	51,9	62,6	73,9
Emendas	6,7	7,7	7,3	5,6	6,0	6,0
Total	30,6	41,3	49,2	57,5	68,6	79,9

Síntese da estimativa preliminar de impacto

Entre 2025 e 2026: R\$ 71,9 bilhões

Entre 2025 e 2030: R\$ 327 bilhões